

Chegaram os idos de março

Noticia-se que na Semana Santa o "Minas Gerais", capitânia da Esquadra, se fará ao mar levando a bordo o presidente da República, convidado pelo ministro da Marinha. Também embarcarão os ministros do Exército e da Aeronáutica, que sem dúvida terão condições e oportunidade de anotar as solicitações do almirante Sabóia em prol de meios estratégicos para a força que garantiu, nas lutas da Independência, a soberania brasileira. A Nação toda espera que a bordo do "Minas Gerais" o presidente não passe pelos dissabores que sofreu em suas férias em Curupu, e que, ao aportar, não necessite reunir-se com os ministros militares para apreciar o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, que, com toda a certeza, já terá deliberado sobre o sistema de governo e a duração do mandato dos futuros presidentes, mas não do sr. José Sarney. Delicadamente, como se vê, os fatores reais de poder retiram-se de cena para permitir que os constituintes decidam com toda a liberdade, para não dizer soberania, assuntos transcendentais.

Não fosse o brasileiro um povo pouco dado às sutilezas do protocolo das cortes aristocráticas, e até se poderia dizer que a democracia brasileira evoluiu: para não constranger, os fatores reais de poder embarcam no NAE — como normalmente se designa o "Minas Gerais" no jargão naval — liberando os constituintes para votar o que bem entenderem. Infelizmente, como não temos as tradições aristocráticas da Europa, e como a Corte, sua pompa e seu ritual foram esmagados pelo Exército em 1889, antes de embarcar os fatores reais de poder fizeram saber à Assembléia Nacional Constituinte, dentro daquilo que consideram ser "os limites da lei", que a Pátria, a lei, a ordem e os poderes constituídos poderão sofrer em sua inteireza se se consolidar a tendência a votar um mandato presidencial de quatro anos para Sarney e seus sucessores.

O presidente Ernesto Geisel foi mais prussiano, é preciso reconhecer: querendo fazer uma reforma do Judiciário e sendo contrariado pelo Congresso, fechou-o, chamou alguns diletos amigos ao Riacho Fundo e promulgou uma ampla reforma constitucional. Os ministros militares de hoje, talvez por não serem de ascendência germânica, são mais delicados: como disse o senador Richa, recomendam à Assembléia que vote cinco anos (para Sarney e para os demais presidentes), podendo escolher o parlamentarismo se julgarem conveniente. Por lamentável equívoco dos juristas que lhes deram assessoria em sua histórica reunião de quinta-feira, deixaram de esclarecer se o parlamentarismo entrará em vigor na data da promulgação da nova Carta, em março do ano que vem, ou só quando tomar posse o futuro presidente. Dir-se-ia que foram generosos os ministros das forças singulares, do SNI, do EMFA e da Casa Militar: a Assembléia Nacional Constituinte, convocada livre e soberana, de repente viu seus poderes derivados (do somatório dos fatores

reais de poder) ampliados para poder mexer em tudo, menos nos cinco anos. Já é um grande passo à frente, pois o que se temia e se teme era que novembro de 1937 estivesse pintando no horizonte, sem Getúlio Vargas, nem Goes Monteiro.

Se os juristas se esqueceram de dizer ao ministro da Aeronáutica — feito porta-voz do grupo — se o parlamentarismo deveria entrar em vigor imediatamente, já ou depois, os estrategistas de todas as forças e serviços esqueceram-se de fazer a seus chefes a pergunta clássica que Garrincha fez quando o técnico dizia aos jogadores, como seria o jogo da seleção: "Já combinaram tudo com os gringos?" Em outras palavras, não pensaram o dia seguinte, o que está bem na tradição da Novíssima República, diga-se de passagem. Coloquemo-nos a questão: a Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberanamente, esquecendo as advertências do general Leônidas há cerca de 15 dias e as do brigadeiro Moreira Lima na quinta-feira, vota os cinco anos. O País pensará, com justa razão, que os constituintes cederam ao argumento maior dos fatores reais de poder. Que legitimidade terá, então, esta Constituição votada sob pressão militar? Que amparo político legítimo terá o presidente José Sarney durante o resto de seu mandato? Será o prisioneiro de seus ministros militares, como pouco a pouco se verifica estar-se tornando? O País, como reagirá? Imagine-se, agora, o contrário. Tomada de furor jacobino, cantando o famoso *Ça ira, les aristocrates à la lanterne*, a Assembléia Nacional Constituinte vota os quatro anos para todos e também para Sarney, e o parlamentarismo imediatamente. Que farão os fatores reais de poder? De volta da excursão aos verdes mares do Atlântico Sul, dirão que quem falou em golpe foi a imprensa sensacionalista, e que simplesmente disseram aquilo que disseram porque são ministros políticos, com o mesmo peso específico que o ministro da Saúde? Deixar-se-ão desmoralizar, ou agirão, com as trágicas consequências que todos antevêm?

Quando se juntam os diferentes pedaços do quebra-cabeças, tem-se a clara percepção de que os ministros militares julgam a Pátria e as instituições em perigo porque se deseja realizar um pleito livre em 1988. Não adianta procurar a lógica, mais elementar, do raciocínio como um todo. Quando alguém afirma que a eleição presidencial será um mal e acrescenta em seguida que é preferível que venha no lugar do mal a desgraça, que serão as eleições gerais, não se procure racionalidade no argumento, pois lá ela não estará. Da mesma maneira, naquele outro, cantado em prosa e verso por quantos acreditam ter o apoio do empresariado para evitar o caos que delineiam no horizonte: "A eleição trará dificuldades insuperáveis e, de maneira prática, todos deveremos transmitir essa preocupação a nossos interlocutores". "As eleições em 1988 irão precipitar problemas e agravar outros." Quais?

O presidente Sarney participa dessa peça não se sabe em quantos atos, nem se é ópera bufa ou tragédia grega. Não foi ele quem disse que Brizola será eleito e não governará? Outros ministros entram em cena: haverá inflação, os credores externos não investirão. Pelo amor ao Brasil, não se convoquem eleições para 1988!

Tomemos todos esses argumentos: o pleito trará dificuldades insuperáveis, agravará problemas, precipitará crises, Brizola será eleito e não governará, a inflação explodirá, os investimentos externos se retrairão. Antes de prosseguir, abramos parêntese para uma observação: os fatores reais de poder seguramente não acreditam naquela história do califa que dava um monte de ouro a quem se dispusesse a ensinar seu burro a falar em um ano, ao cabo do qual, se não conseguisse, o condenava ao empalamento; um dia apareceu um sábio que apanhou o ouro e saiu rindo, explicando aos amigos que lhe perguntaram se estava louco — em um ano, disse, ou o burro, ou o califa ou ele teriam morrido. Fechando o parêntese, que haverá no próximo ano que desanuvie o horizonte? Como ninguém definiu quais as dificuldades insuperáveis em 1988, é lícito supor que algumas delas persistirão em 1989; é igualmente permitido imaginar que haverá crises (a menos que a CNBB e a CUT se dissolvam e os trabalhadores e os funcionários públicos não façam greve em serviços essenciais e não se fale mais em corrupção na Seplan); pode imaginar-se que o sr. Brizola poderá ser eleito e que dada a incapacidade de o presidente Sarney enfrentar os problemas, a inflação continuará alta. Ora, na medida em que os mesmos problemas de hoje estarão presentes, agravados e não resolvidos pela crise de legitimidade que se abrirá em torno de uma Constituição votada sob pressão militar e demagogia esquerdista, é de supor que os investimentos externos continuarão sem fecundar o solo brasileiro. Tudo será igual, em 1989, a 1988. Por que, então, transferir as eleições para 1989? Esperam, por acaso, que até lá o burro tenha morrido?

Não há lógica na fala dos ministros militares — como aliás nunca houve lógica na fala do presidente José Sarney. O que sinceramente não desejamos aconteça para o Brasil, nem para suas excelências, é que tudo isso termine em farsa, que a Assembléia Nacional Constituinte diga aos ministros "seus cinco mais cinco" e vote quatro, ou simplesmente vote quatro e os ministros peçam desculpas pelo mal-entendido; ou então que ela se desmoralize completamente e vote os cinco anos. Longe de defender a Pátria e garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem, como manda a Constituição que juraram defender, os ministros militares da Novíssima República aprofundaram a fissura nas instituições. Era isso que previa, temendo, o senador José Richa, quando em dezembro assinalou que os idos de março eram perigosos?